

**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 13/2023, em que é recorrente **Hélio dos Santos Abreu** e entidade recorrida o **Supremo Tribunal de Justiça**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 96/2023

(Autos de Amparo 13/2023, Hélio dos Santos Abreu v. STJ, Inadmissibilidade por Falta de Junção Tempestiva de Documentos Determinados por Acórdão de Aperfeiçoamento)

I. Relatório

1. O Senhor Hélio dos Santos Abreu, interpôs recurso de amparo, impugnando o *Acórdão STJ 35/2023, de 28 de fevereiro*, relacionando, para tanto, argumentos que se pode sumarizar da seguinte forma:

1.1. O Supremo Tribunal de Justiça terá rejeitado parcialmente o recurso que impetrou, julgando, segundo diz, improcedente a outra parte e, em função disso, terá, alegadamente, violado os seus direitos fundamentais;

1.2. Porque, em síntese:

1.2.1. Foi acusado em coautoria material de três crimes de armas, todos previstos e puníveis nos termos do artigo 90 da Lei n.º 31.º/VIII/2013, de 22 de maio, um crime de chefiar ou dirigir grupo criminoso e um crime de dano previstos e puníveis pelos artigos 291, n.º 2 e 204 do Código Penal e um crime de tráfico de menor gravidade p.p. pelo artigo 6.º alínea a), com referência ao artigo 3.º, ambos da *Lei n.º 78/IV/93, de 12 de julho*;

1.2.2. Foi condenado na pena de três anos de prisão por cada um dos três crimes de armas, a um ano de prisão pelo crime de disparo de armas, a três anos de prisão pelo crime de chefiar ou dirigir grupo criminoso, a dois anos de prisão pelo crime de detenção

de estupefacientes de menor gravidade, o que efetuado o cúmulo jurídico, redundou numa pena única de nove anos e três meses de prisão;

1.3. Inconformado com a douta sentença do Tribunal Judicial da Comarca da Praia, interpôs recurso para o Tribunal da Relação de Sotavento, mas este tribunal julgou improcedente o seu recurso. Dessa decisão, interpôs recurso para o Supremo Tribunal de Justiça que também o julgou improcedente.

1.4. Alega que o Tribunal recorrido, a folhas 31 e 33 do Acórdão 35/2023, sustenta que “se posiciona no sentido de que não constitui nulidade insanável a não realização de julgamento do recurso em audiência contraditóri[a], previstos [previsto??/prevista??] nos termos dos artigos 463º e 464º, todos do CPP”.

1.4.1. Mas que se trata de uma falsa questão, na medida em que tal interpretação restringe os direitos fundamentais do recorrente, porque, a seu ver, tem direito a fazer parte das decisões que o afetam diretamente, ao abrigo do disposto no artigo 77º, al. a) e b), do CPP;

1.4.2. Diz que neste caso concreto se estaria perante a violação do direito da publicidade da audiência e do direito do contraditório, o que culminaria em nulidade nos termos dos artigos 150 e 151, als. d) e i), do CPP;

1.4.3. Mais entende que por se ter insurgido contra o acórdão do TRS, requerendo que o seu recurso fosse julgado em audiência contraditória e pública, o Tribunal recorrido não poderia ter deixado de cumprir com o disposto nos artigos 461 e 463 do CPP;

1.4.4. Pois que essa teria sido a sua estratégia de defesa, por exigir a convocação do seu advogado para intervir no debate, fazendo as suas alegações;

1.5. Nestes termos, defende que a decisão em apreço se opõe ao que ficou assente no *Acórdão 17/2021, do STJ*, datado de 04 de fevereiro, na medida em que aquele aresto assenta que “a não observância da audiência prévia do arguido e do contraditório pode conduzir a restrição/ redução da ampla defesa do arguido” e remete a sua fundamentação ainda para os Acórdãos 29/2019 e 25/2021 do Tribunal Constitucional.

1.6. Para além das alegadas violações acima apontadas, pretende ainda “que seja sindicado o facto do tribunal recorrido ter rejeitado o seu recurso por falta de objeto e fundamentação”;

1.6.1 Entende que no concernente ao objeto do recurso e falta de fundamentação, “conforme se pode ver nas páginas 14 e 15 do acórdão que ora se recorre, é uma tentativa do tribunal recorrido em restringir o direito do contraditório do recorrente, uma vez que o mesmo é livre para decidir qual a melhor estratégia para defender os seus interesses processuais”;

1.6.2. Acrescenta que, tendo o TRS se limitado a julgar todos os recursos improcedentes, não poderia o STJ alegar que o seu recurso padece de objeto;

1.7. No que concerne a questões de admissibilidade;

1.7.1. Alega ter legitimidade para interpor o presente recurso, por ser parte interessada no mesmo;

1.7.2. E que o recurso seria tempestivo, tendo que ver com o pedido de reparação dos seus direitos fundamentais nos termos dos artigos 2º, 3º e seguintes da Lei do Amparo;

1.8. Pois que o acórdão recorrido teria violado os seus direitos fundamentais da publicidade da audiência, audiência, presunção de inocência, contraditório, ampla defesa, acesso à justiça e recurso, artigo 22º e 35º, nº 1, 6, 7, todos da CRCV.

1.9. Pede que o presente recurso de amparo seja admitido, julgado procedente e, em consequência, alterado o *Acórdão 35/2023* e concedido o amparo de restabelecimento dos direitos liberdades e garantias fundamentais violados.

2. Cumprindo com o estabelecido no artigo 12 da Lei nº 109/IV/94 de 24 de outubro, foram os autos com vista ao Ministério Público para emissão de parecer sobre a admissibilidade do recurso, tendo-o feito o Digníssimo Sr. Procurador-Geral da República, o qual articulou os seguintes argumentos:

2.1. Os direitos alegados pelo recorrente são suscetíveis de amparo constitucional e o recorrente está provido de legitimidade;

2.2. Porém, afigura-se-lhe que o seu requerimento não cumpre com todos os requisitos previstos no artigo 3º da Lei do Amparo;

2.2.1. Não só o recorrente não terá invocado o conhecimento prévio e expresso da decisão do STJ que rejeitou uma parte dos argumentos expostos no recurso, com base na falta de objeto, logo que dela teve conhecimento, como tão pouco terá requerido a sua reparação;

2.2.2. Além disso, tudo levaria a crer que o recorrente não terá esgotado todas as vias de recurso ordinário permitidas na lei do processo, na medida em que o artigo 455 do CPP ainda permitiria reclamar de despachos de não-admissão ou retenção de recursos, o que não teria acontecido na situação vertente;

2.3. Mas que caso assim não se entenda, ainda assim, os elementos carreados nos autos seriam insuficientes para a verificação dos demais pressupostos,

2.3.1. Na medida em que o recorrente não teria juntado qualquer documento que poderia certificar a data em que foi notificado do acórdão que impugna;

2.3.2. O que lhe suscita dúvidas sobre a tempestividade do recurso;

2.4. Por isso é de parecer que:

2.4.1. O presente recurso não deve ser admitido porque o recorrente não invocou nem requereu a reparação prévia e expressamente no processo da alegada violação dos seus direitos, liberdades e garantias, e também não se encontrariam esgotadas todas as vias de recurso ordinário permitidas na lei do processo,

2.4.2. Mas que, caso assim não se entendesse, deveria o recorrente ser convidado a suprir as indicadas insuficiências ao abrigo do artigo 17 da Lei do Amparo.

3. Marcada sessão de julgamento para o dia 4 de maio, nessa data se realizou, com a participação dos Venerandos Juízes-Conselheiros e do Senhor Secretário do TC.

3.1. O julgamento culminou com a adoção do *Acórdão 77/2023, de 12 de maio, Hélio dos Santos Abreu v. STJ, Aperfeiçoamento por Falta de Junção de Documentos Essenciais à Aferição de Admissibilidade do Amparo; por Obscuridade na Definição das*

Condutas Impugnada, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 59, 25 de maio de 2023, pp. 1330-1333, através do qual os juízes conselheiros decidiram que o recorrente deveria ser notificado para, ao abrigo do artigo 17 da Lei do Amparo e *Habeas Data*, suprir as deficiências indicando com o máximo de precisão possível as condutas que pretendia que o tribunal escrutinasse e que esclarecesse a assertiva que formulou na alínea i) das suas conclusões e juntar aos autos a certidão de notificação do acórdão recorrido, a procuração forense que habilitava o subscritor da peça a representá-lo, e cópia da peça pela qual terá requerido ao Egrégio STJ a realização do julgamento em audiência pública.

3.2. A decisão foi notificada ao recorrente no dia 16 de maio, às 10:18, tendo este, na sequência, protocolado uma peça intitulada “Aperfeiçoamento do Recurso”, no dia 18 de maio.

3.2.1. Na peça acima referida, depois de repetir a parte de considerações de facto diz que:

3.2.2. Pretende que seja escrutinada a questão da publicidade da audiência, por se tratar de um direito fundamental seu, “que é ser julgado em audiência pública”;

3.2.3. Não prescindiu do julgamento do seu recurso em audiência e sempre mostrou a intenção que o mesmo fosse julgado em audiência contraditória para “poder participar do ato no processo onde [se] decide sobre o seu futuro e também poder dizer a sua ciência”;

3.2.4. Que seria fundamental que fosse escrutinado e reparado o seu direito ao contraditório, que só teria ficado salvaguardado “caso o tribunal tivesse garantido a presença do arguido e julgasse o seu recurso em audiência contraditóri[a]”;

3.2.5. Já no dia 23 de maio juntou dois documentos: uma procuração e uma cópia não certificada de um recurso.

4. Marcada nova sessão de julgamento para o dia 9 de junho, nessa data se realizou, com a participação dos Venerandos Juízes-Conselheiros e do Senhor Secretário do TC, dela decorrendo a decisão que se segue acompanhada dos fundamentos articulados *infra*.

II. Fundamentação

1. De acordo com as determinações do acórdão de aperfeiçoamento o recorrente deveria suprir as deficiências do recurso, a) indicando com o máximo de precisão possível as condutas que pretende que o tribunal escrutine; b) esclarecendo a assertiva que formulou na alínea i) das suas conclusões; c) juntando aos autos a certidão de notificação do acórdão recorrido, a procuração forense que habilita o subscritor da peça a representá-lo, e cópia da peça pela qual terá requerido ao Egrégio STJ a realização do julgamento em audiência pública.

2. O que se verifica é que claramente não corrigiu as insuficiências do seu recurso, conforme assinaladas pelo *Acórdão 77/2023, de 12 de maio, Hélio dos Santos Abreu v. STJ, Aperfeiçoamento por Falta de Junção de Documentos Essenciais à Aferição de Admissibilidade do Amparo; por Obscuridade na Definição das Condutas Impugnada*, Rel: JCP Pina Delgado, *passim*.

3. O Tribunal ainda não logrou alcançar quais as condutas específicas que o recorrente pretende que se escrutine, posto que o que destaca no ponto 40 da peça de aperfeiçoamento com expressões como “publicidade”; “realização do julgamento de conferência e não em audiência contraditóri[a]” e “rejeição do recurso por falta de objeto” estão longe de ser fórmulas aceitáveis para indicar as condutas, salvando-se, no limite, a ideia de que estaria a impugnar o facto de o julgamento no STJ ter sido realizado em audiência e não em conferência.

4. Quando se analisa a procuração que apresentou fora do prazo, cria-se ainda mais confusão, porque apesar de constar o nome do subscritor da petição do amparo na peça de recurso não-certificada que apresentou, no mandado forense que consta dos autos verifica-se que o recorrente estaria a ser representado pelos Drs. Natalício dos Santos, Simone Keita e Manuel Mendes Spencer, numa situação em que não se vislumbra existir qualquer documento de substabelecimento na pessoa do subscritor.

5. E, fundamentalmente, porque, não só não anexou todos os documentos devidamente identificados no acórdão, como os que juntou, além de o terem sido fora do prazo, numa das situações não prova nada, sem que sejam aceitáveis as teses aparentemente destinadas a justificar o atraso.

5.1. Porque, até onde se consegue entender, diz que requereu os documentos ao órgão judicial recorrido, mas não apresenta qualquer prova desse pedido ou que esse órgão não tenha passado a tempo o que solicitou, e depois apresenta um documento não-certificado pelo mesmo, que já estaria na sua posse, desde sempre.

5.1.1. Em relação ao requerimento solicitando a realização do julgamento em audiência contraditória, a versão do documento apresentado foi elaborada pelo próprio subscritor da peça de amparo e de aperfeiçoamento e não tem qualquer certificação oficial, pelo que o recorrente não pode alegar justo impedimento para não apresentar uma cópia do mesmo, no prazo estabelecido na Lei do Amparo e do *Habeas Data*;

5.1.2. O artigo 161, número 4, do CPC dispõe que “[a]s certidões devem ser passadas no prazo de cinco dias, salvo no caso de urgência, em que devem ser passadas imediatamente”; estando-se perante um recurso que tem caráter urgente e cujo processamento deve ser baseado no princípio da sumariedade (art.º 20 n.º 1 al. b) da CRCV), e estando estabelecido na lei do processo que o prazo para juntar documentos ou outros elementos de prova que o Tribunal julgue indispensáveis para a boa decisão da causa é de dois dias, qualquer certidão solicitada à secretaria do tribunal teria que ser passada imediatamente, como previsto na parte final do artigo 161, parágrafo quarto, do CPC;

5.2. Por outro lado, conforme se pode verificar nos autos, deixou expressa a sua vontade de ser notificado através do e-mail do subscritor da peça de interposição do recurso de amparo e da peça de aperfeiçoamento, o que leva ao entendimento que, por se tratar de elemento essencial para a verificação do pressuposto de tempestividade, poderia ter juntado aos autos a cópia da mensagem eletrônica através da qual teria sido notificado do Acórdão recorrido, como fica subentendido.

5.3. Havendo um hiato de mais de vinte dias entre a data do ato recorrido e o dia da entrada do recurso, sem essa informação, que tinha que ter dado entrada até dois dias após a notificação do acórdão de aperfeiçoamento,

5.4. O Tribunal é privado do acesso a elementos essenciais à avaliação da tempestividade do recurso,

5.5. Ficando, assim, frustrado o objetivo do aperfeiçoamento.

6. Pelo exposto, esta Corte Constitucional só pode concluir que o recorrente não aperfeiçoou o recurso, expondo o seu autor às consequências previstas pelo artigo 16, parágrafo primeiro, alínea b), e pelo artigo 16, parágrafo segundo, ambos da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, conducentes à inadmissão do recurso.

7. Neste sentido, o recurso não é admitido por não-correção tempestiva de insuficiências detetadas na instrução do pedido.

III. Decisão

Pelo exposto, os juízes do Tribunal Constitucional reunidos em plenário decidem não admitir o recurso de amparo, ordenando o seu arquivamento.

Registe, notifique e publique.

Praia, 13 de junho de 2023

José Pina Delgado (Relator)

Aristides R. Lima

João Pinto Semedo

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 13 de junho de 2023.

O Secretário,

João Borges